

O jornalismo investigativo no processo Casa Pia de Lisboa

O semanário Expresso e o caso português de pedofilia

Vanessa Fernandes Amaro
Universidade Nova de Lisboa

Índice

1	Introdução	2
2	Questões de pesquisa	5
3	Análise longitudinal da cobertura da Casa Pia	8
4	O falso jornalismo investigativo	30
5	Considerações finais	35
6	Bibliografia	37

1 Introdução

É amplamente sabido que o semanário português Expresso desempenhou um importante papel em termos de jornalismo investigativo para desvendar a problemática Casa Pia. Foi o primeiro a investigar a fundo denúncias da sociedade civil, nomeadamente de vítimas e testemunhas da pedofilia, a partir de uma queixa feita à Polícia Judiciária (PJ) por parte da mãe de um aluno da instituição de Lisboa contra o funcionário Carlos Silvino. A acusação estava ligada a abusos sexuais contra o filho.

O processo de pedofilia que tem marcado a história portuguesa apareceu pela primeira vez no jornal Expresso no dia 23 de Novembro de 2002, fruto desta denúncia feita à PJ e uma série de investigações conduzidas pela jornalista Felícia Cabrita. Depois dessa data, todos os *media* do país passaram a dedicar longas páginas nos jornais, longos minutos no rádio e na televisão ao caso.

Esta análise de caso propõe-se a examinar as investigações jornalísticas do processo da Casa Pia de Lisboa pelo jornal português de maior tiragem – são cerca de 200 mil exemplares vendidos semanalmente, um número acima dos outros jornais de referência do país – e de que forma essas investigações consolidaram a liderança e a credibilidade do semanário perante o público leitor, a comunidade jornalística e os órgãos oficiais do governo. O período abrangido nesta análise vai de 23 de Novembro de 2002 a 28 de Junho de 2003, totalizando oito meses de pesquisas, o que dá uma amostragem relevante de como o caso tem sido conduzido jornalisticamente.

O objectivo principal deste trabalho é compreender os artifícios utilizados pela equipa jornalística do Expresso para desenvolver investigações que levassem ao desvendamento de novos detalhes do caso Casa Pia, tendo em vista o poder do jornalismo não só na projecção social dos assuntos sociais, mas também no seu poder de enquadrar esses assuntos como fonte de discussão pública (Molotch e Lester, 1974/1993), o que se concretizou neste caso em análise.

O jornalismo de investigação tem manifestações no século XIX, especialmente associadas ao compromisso social do intelectual, à sua independência face ao poder assumida com particular intensidade nos ideais cívicos da Revolução Francesa. Disso será paradigma a denúncia da justiça francesa no processo Dreyfus pelo escritor realista Émile Zola, primeiro em artigos publicados em *Le Fígaro*, que seriam suspensos pelo jornal, depois sob a forma de panfletos fora do circuito da imprensa, culminando com *J'Accuse, lettre a M. Félix Faure, President de la Republique*, que levaria à revisão judicial do processo. No mesmo final do século XIX, noutra contexto profissional, o espírito de cruzada contra a injustiça e a corrupção marcou de forma indelével o jornalismo norte-americano na pessoa do director do *New York World*, Joseph Pulitzer, em editoriais e reportagens (Ponte, 2002:55).

A denúncia de casos de corrupção nos jornais estende-se por essa imprensa na viragem do século. O espírito de denúncia da corrupção pública e de exigência de transparência, o *muckraking*, vai ter o seu apogeu nos anos 70 do século XX, afectando as mais altas esferas do poder político norte-americano, a Casa Branca e o Pentágono. O caso Watergate constitui-se como grande mito do poder do jornalismo graças a uma série de reportagens publicadas pelo jornal norte-americano *The Washington Post* a denunciar infracções do Partido Republicano, que tinha Richard Nixon como presidente dos Estados Unidos. A simples notícia de um aparente roubo nos gabinetes eleitorais daquele partido colocou em marcha uma maquinaria jornalística acionada por dois jovens repórteres da secção Local, Carl Bernstein e Robert Woodward, o director do jornal, Benjamin Bradlee, e a proprietária da publicação, Katherine Graham (Sinova, 1997:45).

O desempenho da imprensa durante o caso Watergate foi mantido como espelho a refletir o melhor que o jornalismo poderia oferecer à democracia: manter o poder responsável. Isso tornou-se tendência nas redacções norte-americanas, mas não suscitou a mesma empolgação em Portugal.

Numa rápida análise histórica, verifica-se que Portugal nunca

teve uma tradição no jornalismo investigativo. O número de artigos produzidos através de investigações jornalísticas é bastante reduzido se comparado ao da vasta produção dos Estados Unidos, de outros países europeus, como Espanha e França, e mesmo de países latino-americanos, tal como Brasil e Argentina. Não há registo de um contributo considerável do jornalismo investigativo neste país europeu que desempenhasse um papel marcante democraticamente. A literatura de autores portugueses acerca do tema é praticamente inexistente.

O jornalismo investigativo distingue-se dos demais géneros jornalísticos por divulgar informações sobre conductas que afectam o interesse público (Waisbord, 2001). As denúncias, no entanto, resultam do trabalho dos repórteres, e não de informações vazadas para as redacções.

O escândalo Casa Pia é um dos poucos que se encaixam, em parte, nas definições do jornalismo de investigação e a razão da sua escolha deve-se a três factores: 1) por ter desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento de denúncias sobre pedofilia em Portugal; 2) por ter características ligadas ao jornalismo de investigação; e 3) a contribuição à governabilidade democrática e o bom funcionamento das entidades públicas.

Este trabalho está estruturado basicamente em quatro partes. O tópico abordado a seguir diz respeito à metodologia aplicada e questões levantadas para a condução da pesquisa. O capítulo 3 trata da análise longitudinal dos dados coletados. São apresentados os resultados da análise de dados com base em quadros numéricos. O capítulo 4 analisa os resultados obtidos na perspectiva do jornalismo investigativo. A última parte, o das considerações finais, faz um balanço abrangente dos dados obtidos e a importância deles para um estudo mais aprofundado sobre o tema do jornalismo de investigação.

2 Questões de pesquisa

É nossa preocupação perguntar de que modo o jornalismo contribuiu para que um facto da esfera privada se tornasse público e se transformasse em fonte de discussão no espaço público. Também faz parte da nossa preocupação averiguar se as reportagens denominadas como investigativas pelo semanário Expresso realmente se enquadram nesse género, padrão esse definido de acordo com a literatura especializada em jornalismo de investigação. As questões de pesquisa analisadas neste trabalho são as seguintes:

Como o jornal em análise obteve os dados publicados acerca da Casa Pia de Lisboa? Que iniciativa mostraram os jornalistas na cobertura de um tema que pode ser descrito como uma “estória continuada”? Por que a Casa Pia é notícia? Quando a problemática da pedofilia é escolhida como tema noticiável? Que aspectos têm sido mais noticiáveis? Que posição tomou o jornal na problemática? De que forma a publicação assegurou a sua fiabilidade? Quando é que as questões envolvendo o caso mereceram mais destaque? Que conceitos do jornalismo investigativo estiveram presentes no decorrer do processo jornalístico? Que valores-notícia marcaram a selecção dos itens publicados? Quais as repercussões sociais que a série de reportagens investigativas teve? Pode-se afirmar que o jornal forneceu um mecanismo valioso para monitorar o desempenho das instituições democráticas?

Como já foi referido na introdução, o semanário Expresso foi seleccionado para uma análise de conteúdo e de discurso, métodos utilizados nesta pesquisa - bem como a revisão da literatura a envolver as questões abordadas -, por ter sido o primeiro a investigar denúncias da sociedade civil. Em 23 de Setembro de 2002, a mãe de “Joel”, um aluno da Casa Pia de Lisboa, apresentou uma queixa na Polícia Judiciária contra o funcionário da instituição Carlos Silvino (mais conhecido por Bibi) por abusos sexuais contra o filho. Em 7 de Novembro de 2002, o Ministério Público emitiu um mandado de captura contra Carlos Silvino. Dezasseis dias mais tarde, em 23 de Novembro de 2002, o Expresso dava

o pontapé inicial de mediatização do caso: noticia que centenas de crianças do sexo masculino da Casa Pia de Lisboa poderiam ter sido violadas nos últimos anos por um funcionário da instituição. Depois da reportagem assinada pela jornalista Felícia Cabrita, observou-se um *boom* de notícias e denúncias sobre o caso e sobre pedofilia, tópicos que rapidamente conquistaram a atenção de todos os *media* noticiosos, movidos principalmente pelo valor-notícia do “escândalo”.

O Expresso foi fundado em 1973 com o objectivo de ser uma publicação independente, sem estar aliado a um partido político ou grupo económico, segundo consta no seu Estatuto Editorial. O jornal despreza, ainda de acordo com o seu estatuto, “a publicação insistente de determinados assuntos – do crime e do sexo às baixezas da vida política e económica – que poderia aumentar a venda de exemplares, mas recusamo-nos a alimentar qualquer tipo de sensacionalismo que ponha em perigo o jornalismo de qualidade que pretendemos fazer”.

Para a análise de conteúdo e do discurso, foram examinadas 32 edições da publicação referentes ao período de 23 de Novembro de 2002 a 28 de Junho de 2003. Todos os artigos que continham referências ao processo Casa Pia foram analisados, sendo encontrados 105 itens. Ficaram excluídas as cartas dos leitores, a coluna Altos&Baixos, bem como as revistas que acompanham o jornal (Revista, que deu lugar posteriormente aos suplementos Única e Actual). Não se observou um número constante de itens acerca da Casa Pia durante o período em análise. Dez edições do semanário não traziam nenhum artigo ligado à problemática.

Cada item foi codificado através de 12 variáveis, como se verifica na lista que segue:

- a) Data (dia, mês e ano);
- b) Título;

c) Localização, respeitando as secções existentes no jornal (manchete na primeira página, chamada na primeira página, Editorial, Preto no Branco, País, Política à Portuguesa, Opinião, Semana, Em Foco e Última Página);

d) Extensão (até cinco parágrafos, de seis a 10 parágrafos, de 11 a 15 parágrafos e acima de 16 parágrafos);

e) Imagem (com fotografia, com infografia, com ilustração, sem imagem);

f) Género jornalístico (reportagem, entrevista, opinião, crónica, notícia, análise, editorial, breve e dossiê);

g) Proveniência do artigo do ponto de vista jornalístico (investigação jornalística, informação vazada à imprensa, denúncia da sociedade civil, agência noticiosa, fontes não-identificadas e combinações desses itens);

h) Proveniência do artigo do ponto de vista do jornal (investigação jornalística, informação vazada à imprensa, denúncia da sociedade civil, agência noticiosa, fontes não-identificadas e combinações desses itens);

i) Assinatura (jornalista, director do jornal, figura política, figura judicial, especialista, agência noticiosa com jornalista, agência noticiosa, apenas iniciais, colaborador e não assinado);

j) Tema principal (vítimas, governo, responsáveis pela Casa Pia, funcionários ou ex-funcionários da instituição, testemunhas, familiares das vítimas, suspeitos, prisões, libertação, acusações, andamento judicial, legislação, posição do jornal, posição de outros *media* e outro);

k) Temas secundários (vítimas, governo, responsáveis pela Casa Pia, funcionários ou ex-funcionários da instituição, testemunhas, familiares das vítimas, suspeitos, prisões, libertação, acusações, andamento judicial, legislação, posição do jornal, posição de outros *media* e outro); e Observações gerais.

Foi efectuado um pré-teste para avaliar a fiabilidade dos codificadores e detectar eventuais problemas com a grelha de análise. Nenhuma variável foi excluída, mas subvariáveis foram incluídas nos codificadores G, H, J e K para expandir a análise. Após a triagem dos 105 itens, complementou-se os números encontrados com uma análise discursiva, o que levou a descobertas inerentes a uma melhor compreensão das notícias.

3 Análise longitudinal da cobertura da Casa Pia

Nesta parte do trabalho, vamos analisar cada variável da grelha da análise de conteúdo. Através dos quadros e dos anexos apresentados, torna-se possível uma visão mais focada em cada assunto sob análise.

3.1 Itens publicados a cada edição

A análise dos 105 itens acerca do processo Casa Pia mostrou que nos “hot moments” da cobertura – quando novas acusações, denúncias e prisões aconteciam – havia um número elevado de artigos publicados, como, por exemplo, no dia 31 de Maio de 2003, quando 16 itens estiveram presentes num único dia. Essa quantidade recorde foi gerada pela polémica em torno do humorista e apresentador de televisão Herman José, que foi constituído arguido no processo em 30 de Maio de 2003.

A primeira referência sobre o caso aparece timidamente em 23 de Novembro de 2002, com uma manchete na primeira página e uma reportagem na secção *Em Foco* de 17 parágrafos assinada pela jornalista Felícia Cabrita (ver anexo 1). A mesma fotografia – que mostra um rapaz a cobrir o rosto – é utilizada em ambos os itens daquela data.

Na edição seguinte do jornal, em 30 de Novembro de 2002, o que se verificou foi um aumento de dois para 12 itens publicados. Isso deve-se ao facto do caso ter gerado uma forte repercussão nos media noticiosos do país, conforme o próprio jornal explica numa nota editorial na primeira página. O semanário aproveita para criticar a espectacularização em torno do drama das vítimas pela imprensa e a revelação do nome de Carlos Silvino como um dos suspeitos do caso. A nota traz o título “Bom jornalismo” e começa da seguinte maneira:

“A MANCHETE do EXPRESSO de sábado passado teve grande impacto e foi comentada em vários tons, inclusivamente por res-

ponsáveis de órgãos de informação que puseram em causa a decisão de a publicarmos.

Compete esclarecer, a este respeito, que o EXPRESSO se limitou a fazer bom jornalismo.” (ver anexos 37 e 45).

A partir dessa data, a cobertura acerca da Casa Pia teve altos e baixos. Como se pode observar no quadro 1, 10 edições do Expresso não traziam qualquer referência à Casa Pia no período em análise.

<i>Data</i>	<i>Número de Itens</i>
23/11/2002	2
30/11/2002	12
07/12/2002	9
14/12/2002	3
21/12/2002	0
28/12/2002	3
04/01/2003	1
11/01/2003	0
18/01/2003	2
25/01/2003	0
01/02/2003	0
08/02/2003	10
15/02/2003	4
22/02/2003	2
01/03/2003	0
08/03/2003	0
15/03/2003	4
22/03/2003	0
29/03/2003	0
05/04/2003	6
12/04/2003	5
18/04/2003	3
25/04/2003	1
03/05/2003	3
10/05/2003	1
17/05/2003	0
24/05/2003	9
31/05/2003	16
07/06/2003	4
14/06/2003	3
21/06/2003	0
28/06/2003	2
TOTAL	105

Quadro 1 - Itens publicados a cada edição semanal do jornal Expresso entre 23/11/2002 e 28/06/2003

Para entendermos melhor essa forte variação, apresentamos abaixo uma cronologia do processo durante o período em análise, para se fazer mais facilmente uma associação dos itens publicados aos “hot moments” do caso. O que se nota é que quando não houve um andamento judicial relevante, nenhum ou quase nenhum item foi publicado.

- **Cronologia do processo Casa Pia entre 23 de Novembro de 2002 e 28 de Junho de 2003**

23 de Novembro de 2002 – O Expresso noticia que centenas de crianças do sexo masculino da Casa Pia de Lisboa poderão ter sido violadas nos últimos anos por um funcionário da instituição.

25 de Novembro de 2002 – O ministro da Segurança Social e Trabalho, Bagão Félix, demite o provedor da Casa Pia, Luís Rebelo, na sequência de afirmações que considera “infelizes”, no âmbito dos alegados casos de pedofilia que atingem a instituição. Carlos Silvino é detido pela PJ depois da emissão de um mandado de captura por suspeita de abuso sexual de menores. Bibi, como é conhecido, fica em prisão preventiva por decisão do Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa.

12 de Dezembro de 2002 – O advogado Hugo Marçal assume a defesa de Carlos Silvino.

1 de Fevereiro de 2003 – O apresentador de televisão Carlos Cruz, Hugo Marçal e o médico Ferreira Diniz são detidos pela PJ. Apenas Hugo Marçal é libertado mediante uma caução de 10 mil euros, ficando os outros dois em prisão preventiva.

4 de Fevereiro de 2003 – A Procuradoria-Geral da República (PGR) esclarece que a detenção de Carlos Cruz, Ferreira Diniz e Hugo Marçal teve por base “fortes indícios” da prática dos crimes

de abuso sexual de menores e incentivo à prostituição com fins lucrativos (lenocínio).

1 de Abril de 2003 – Manuel Abrantes, ex-provedor adjunto da Casa Pia de Lisboa, fica em prisão preventiva depois de ter sido detido para interrogatório no Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa.

6 de Maio de 2003 – Hugo Marçal fica em prisão preventiva no âmbito do caso de pedofilia na Casa Pia.

20 de Maio de 2003 – O embaixador Jorge Ritto é detido para interrogatório.

21 de Maio de 2003 – Após mais de seis horas de interrogatório no Tribunal de Instrução Criminal, em Lisboa, o embaixador Jorge Ritto fica em prisão preventiva por suspeita de prática de crimes de abuso sexual de crianças. O juiz do TIC, Rui Teixeira, pede o levantamento da imunidade parlamentar do deputado do PS e porta-voz do partido, Paulo Pedroso.

22 de Maio de 2003 – Após 13 horas de interrogatório, o juiz decreta a prisão preventiva de Paulo Pedroso.

25 de Maio de 2003 – O apresentador de televisão e humorista Herman José é notificado para ser ouvido pelo TIC.

30 de Maio de 2003 – O humorista é constituído arguido no processo, depois de ouvido no DIAP.

23 de Junho de 2003 – O arqueólogo subaquático Francisco Alves confirma ter sido constituído arguido no processo.

27 de Junho de 2003 – O funcionário da Provedoria da Casa Pia de Lisboa José Pires é ouvido no DIAP.

Os “hot moments” do processo Casa Pia foram marcados mais fortemente por quatro valores-notícia: 1) o escândalo; 2) o sofrimento das vítimas; 3) a notoriedade do actor do acontecimento; e 4) concorrência com outros meios de comunicação.

Como exemplo da presença do valor-notícia escândalo, temos a reportagem intitulada “Pesadelo com 30 anos”, de 18 de Janeiro de 2003; a notícia “Um caso que abalou a Justiça”, de 8 de Fevereiro de 2003; “Tentativa de suicídio na Casa Pia” e “Abusavam de nós e filmavam-nos”, ambas de 5 de Abril de 2003.

O sofrimento das vítimas pode ser observado em itens como “Tragédia: filmes comprovam que Casa Pia fazia parte do polvo da pedofilia”; “Vítima sem direitos”; “A náusea”; “Emergir do pântano” e “Casa Pia não vigiava jovens”, todas elas de 30 de Novembro de 2002.

A notoriedade do actor do acontecimento é o valor-notícia mais facilmente encontrado nos itens analisados. O envolvimento de figuras conhecidas da sociedade portuguesa tornou o caso ainda mais polémico. Para exemplificar a presença da notoriedade, citamos: “Ferro consta no processo” e “Líder socialista no centro da polémica”, sobre o líder do Partido Socialista, Ferro Rodrigues; “Pedroso relacionado com a casa de Elvas”, sobre o deputado do PS Paulo Pedroso; “A vida paralela de Ritto”, sobre o embaixador Jorge Ritto; todas elas de 24 de Maio de 2003. Outros exemplos são “Carlos Cruz: uma história mal contada”, de 5 de Abril de 2003 e “Os pecados de Herman”, sobre o apresentador Herman José, de 31 de Maio de 2003. São visivelmente consideradas boas “estórias” os acontecimentos que envolvem figuras públicas. “Existe uma espécie de lei Gresham para a proeminência das notícias: incidentes dramáticos que envolvem indivíduos na ribalta desviam a atenção de temas mais importantes”, escreve Murray Edelman (1998:32).

A concorrência com outros meios de comunicação é encon-

trada em grande parte dos itens. O semanário constantemente firma a sua posição de pioneiro na revelação do caso, critica o comportamento dos outros *media* e chega a comparar a Casa Pia a um *reality-show*, que serve para vender jornais e revistas. Várias notas editoriais foram encontradas nesse aspecto, conforme se verifica nos anexos 3, 5, 37, 45 e 51.

3.2 Localização

Como se observa no quadro 2, 60 por cento dos itens encontrados estavam localizados na secção País, no interior do jornal. Quando havia qualquer referência à Casa Pia, esta era destacada na primeira página do jornal em manchete (9,5 por cento) ou em chamada (10,5 por cento). Não houve nenhuma notícia ou reportagem que não tivesse ganhado esse destaque na página inicial do jornal, o que indica a importância do processo para a sociedade.

Manchete na primeira página	9,5
Chamada na primeira página	10,5
Preto no Branco	2,8
País	60
Política à Portuguesa	2,8
Semana	0,9
Editorial	1,9
Opinião	0,9
Em Foco	5,8
Última Página	4,9
TOTAL	100

Quadro 2 - Localização do item em percentagem

A secção Em Foco, que faz um destaque do assunto da semana, foi ocupada por 5,8 por cento de itens acerca da Casa Pia nos oito meses de análise. A Última Página foi usada para aco-

lher 4,9 por cento dos itens, principalmente as notas editoriais que começavam na primeira página.

3.3 Extensão

Os itens publicados tinham poucos parágrafos na sua maioria: 47,6 por cento continham até cinco parágrafos, enquanto 21 por cento estavam entre os seis e os 10 parágrafos, como se verifica no quadro 3. Vale ressaltar, entretanto, que os parágrafos eram longos, às vezes com mais de 10 linhas, o que indica que os textos em si não eram pequenos. Exemplo disso é a reportagem intitulada “Contradições Perigosas” (ver anexo 15), de 08 de Fevereiro de 2003, que apesar de estar escrita em dez parágrafos, ocupou espaço destacável na secção País.

Até 5 parágrafos	47,6
De 6 a 10 parágrafos	21
De 11 a 15 parágrafos	18
Acima de 16 parágrafos	13,4

Quadro 3 - Extensão do item em percentagem

3.4 Iconografia

A organização gráfica da informação nas páginas do jornal pretende a simplificação da percepção dos seus conteúdos. As imagens que surgem associadas à Casa Pia e à pedofilia carregam uma carga simbólica que é importante levar em consideração.

Se a reconstrução da realidade social pelos *media* tem interferência na percepção do mundo por parte dos leitores, também as imagens seleccionadas permitem a representação dos objectos em causa e a produção de um saber, uma crença, por serem sujeitas a uma percepção directa (Mouillaud e Tétu, 1989)

A análise iconográfica do processo Casa Pia revelou que não houve muita variação em termos de imagens. As fotografias e ilustrações utilizadas repetiam-se constantemente nos oito meses analisados.

Foram encontradas 77 fotografias, 16 ilustrações e uma info-grafia. Não houve registos de tabelas ou outro tipo de imagem. O quadro 4 mostra a quantidade de iconografia publicada a cada edição do Expresso.

A primeira fotografia usada na cobertura da Casa Pia mostra um rapaz a cobrir o rosto com as mãos e uma vítima da pedofilia de 25 anos atrás (ver anexo 1). Mais tarde, essa fotografia é transformada numa pequena ilustração (anexo 4) que virou o símbolo da Casa Pia. Quando qualquer item envolvendo a Casa Pia era publicado, a ilustração o acompanhava indicando a existência de uma pasta específica para o caso de pedofilia.

Aquando do envolvimento de figuras políticas e televisivas envolvidas no processo, houve uma variação maior da iconografia publicada. Deixou-se de lado o rapaz com as mãos no rosto para serem publicadas fotos de arquivo e actuais dos suspeitos no caso. Nenhuma vítima ou testemunha, para além da primeira fotografia citada, teve a sua imagem publicada durante o período em análise. Muitos textos não eram acompanhados de iconografia (43 por cento dos casos), uma marca dos jornais de referência, que dão mais valor ao texto do que às imagens.

<i>Data</i>	<i>Foto</i>	<i>Infografia</i>	<i>Ilustração</i>
23/11/2002	2	0	0
30/11/2002	12	0	3
07/12/2002	5	1	7
14/12/2002	1	0	3
21/12/2002	*	*	*
28/12/2002	3	0	2
04/01/2003	0	0	0
11/01/2003	*	*	*
18/01/2003	2	0	1
25/01/2003	*	*	*
01/02/2003	*	*	*
08/02/2003	11	0	0
15/02/2003	2	0	0
22/02/2003	0	0	0
01/03/2003	*	*	*
08/03/2003	*	*	*
15/03/2003	6	0	0
22/03/2003	*	*	*
29/03/2003	*	*	*
05/04/2003	2	0	0
12/04/2003	5	0	0
18/04/2003	1	0	0
25/04/2003	0	0	0
03/05/2003	2	0	0
10/05/2003	1	0	0
17/05/2003	*	*	*
24/05/2003	7	0	0
31/05/2003	9	0	0
07/06/2003	3	0	0
14/06/2003	1	0	0
21/06/2003	*	*	*
28/06/2003	2	0	0
TOTAL	77	1	16

Quadro 4 - Imagens publicadas a cada edição entre 23/11/2002 e 28/06/2003

* Nenhum item/imagem publicado nessa data

O quadro 5 mostra em termos percentuais os tipos de imagens publicadas durante os oito meses analisados. A fotografia, como já referido, é a iconografia predominante. Vale ressaltar que todas as fotos publicadas vinham acompanhadas de uma legenda informativa.

Com fotografia	52,3
Com infografia	0,9
Com ilustração	3,8
Com tabela	0
Outra	0
Sem imagem	43
Total	100

Quadro 5 - Tipo da imagem em percentagem

3.5 Género jornalístico

O género jornalístico predominante foi a reportagem, uma construção de texto aprofundada, longa, que requer o contacto com mais de uma fonte. Conforme se observa no quadro 6, 44 por cento dos itens encontrados são reportagens. O género notícia foi registado em 27 por cento dos casos. Os artigos de opinião e os editoriais também tiveram um papel de destaque na cobertura da Casa Pia, representando 9,5 e 5,6 por cento dos itens, respectivamente.

O domínio da reportagem sobre os demais géneros jornalísticos é uma marca das publicações semanais, que, diferentemente dos jornais diários, sofrem menos com as pressões de tempo. Também é um indicador de um jornalismo de qualidade, que depende mais tempo a investigar um tópico e que traz resultados positivos para o posicionamento do meio de comunicação entre os demais *media*.

Breves, crónicas e sondagens junto ao público leitor foram

géneros que apareceram timidamente no Expresso. Os três géneros representam cada um apenas 0,9 por cento do total, o que em números resume-se a apenas um item de cada uma dessas modalidades.

Reportagem	44
Notícia	27
Breve	0,9
Entrevista	2,8
Análise	4,8
Dossier	1,8
Opinião	9,5
Editorial	5,6
Crónica	0,9
Cronologia	1,8
Sondagem	0,9

Quadro 6 - Género jornalístico em percentagem

3.6 Proveniência do artigo do ponto de vista jornalístico

Para esta categoria de análise, tomou-se como conceitos de base as definições do professor espanhol José Luis M. Albertos acerca do jornalismo de investigação. O objectivo deste tópico era avaliar se os itens considerados como investigativos pelo semanário Expresso realmente correspondiam ao verdadeiro jornalismo de investigação.

No protocolo de categorias de análise de conteúdo, estavam disponíveis 10 possíveis respostas, como demonstra o quadro 7. Dos 105 itens analisados, 9,4 por cento encaixavam-se nos padrões do jornalismo investigativo. Quando o género jornalístico dizia respeito a uma notícia, esta categoria não era aplicada ao item (não aplicável totalizou 47 por cento), já que uma notícia

trata de uma informação pontual e actual que não é nunca considerada investigativa.

As reportagens para serem consideradas investigativas devem ter as seguintes características, segundo salienta Albertos (1997: 56-57):

1. Ser resultado do trabalho do jornalista e não da informação elaborada por outros profissionais, tal como polícia, gabinetes de imprensa e outros serviços informativos;
2. O objecto da investigação deve ser uma questão importante para um grupo considerável de pessoas dentro da comunidade a que informa; e
3. As pessoas ou organismos afectados tentem esconder e dificultar a descoberta de dados comprometedores.

A organização *Investigative Reporters and Editors (IRE)*, sediada nos Estados Unidos, define o jornalismo investigativo da seguinte maneira:

“O jornalismo de investigação consiste em informar, mediante o trabalho e a iniciativa própria, sobre assuntos de importância que algumas pessoas e organizações desejam manter em segredo. Contém três elementos básicos: a investigação surge do trabalho do repórter; os factos noticiados têm relevância para o leitor ou o espectador; e alguém tenta evitar que o público tenha conhecimento destes factos.”

Montserrat Quesada (1996) avança outros pontos na definição dos parâmetros do jornalismo investigativo, pseudo apropriado e reivindicado em formatos no campo da informação como do entretenimento. Este jornalismo, nota, resulta de um processo trabalhoso de investigação, muitas vezes longo e complexo, em nada comparável à facilidade com que se oferece ao jornalista a possibilidade de publicar uma informação exclusiva, sobretudo quando

esta foi filtrada e facilitada por uma fonte interessada na sua publicação (Quesada, 1996:169). O jornalismo de investigação não é o jornalismo do exclusivo nem do imediato nem da pura revelação de informação com interesse público que se pretenderia escondida.

Tendo como ponto de partida as definições citadas, quando o conteúdo da reportagem estava baseado em notas oficiais, declarações de conferências de imprensa e informações vazadas para o semanário por fontes policiais ou judiciais, o item não era considerado investigativo, mesmo quando a publicação expressamente assim o considerava. Durante a análise foram criadas quatro subcategorias, que combinavam os tópicos primeiramente estabelecidos.

Em 13,8 por cento dos casos, as reportagens estavam baseadas em informações vazadas para a imprensa, enquanto que em 10,5 por cento dos itens tratavam de uma combinação de investigação jornalística e informação vazada, o que significa que apesar da informação ter sido fornecida por uma fonte fiável, o jornal investigou mais a fundo o assunto e buscou fontes inéditas para o desenrolar do processo. Em 5,8 por cento do total de itens, a reportagem baseou-se numa denúncia da sociedade civil e numa investigação da equipa editorial.

Uma análise mais aprofundada destes resultados será feita no capítulo 4.

Investigação jornalística	9,4
Informação vazada para a imprensa	13,8
Denúncia da sociedade civil	3,9
Agência noticiosa	0
Fontes não-identificadas	0,9
Não aplicável	47
Outra	4,9
Informação vazada e denúncia da sociedade	1,9
Investigação jornalística, informação vazada e denúncia da sociedade	1,9
Investigação jornalística e denúncia da sociedade	5,8
Investigação jornalística e informação vazada	10,5

Quadro 7 - Proveniência dos itens do ponto de vista jornalístico em percentagem

3.7 Proveniência do artigo do ponto de vista do *Expresso*

A diferença entre os itens considerados jornalisticamente investigativos pelos teóricos e aqueles assim denominados pelo próprio semanário *Expresso* é marcante, como demonstra a comparação entre os quadros 7 e 8. Enquanto apenas 9,4 por cento dos itens analisados enquadram-se nas definições padrões do jornalismo investigativo, o jornal atribuiu essa definição a 33,4 por cento dos seus artigos publicados ao dizer explicitamente de que o artigo tratava-se de uma “investigação exclusiva EXPRESSO”.

Em nenhum momento nas reportagens analisadas, o semanário confirma que os textos publicados sejam consequência de informações vazadas para a imprensa (0 por cento) por fontes privilegiadas com as quais os jornalistas mantinham contacto próximo e fiável. Mas, seguindo as bases do jornalismo de investigação,

13,8 por cento das reportagens foram realizadas com a ajuda parcial ou total de informações vazadas.

As denúncias da sociedade civil constituem 1,9 por cento dos itens no ponto de vista do jornal, enquanto no ponto de vista jornalístico essa porcentagem sobe para 3,9. O mesmo acontece na combinação investigação jornalística e denúncia da sociedade: 1,9 por cento segundo o semanário e 5,8 por cento segundo as normas teóricas do jornalismo.

Outra notável diferença diz respeito à categoria investigação jornalística combinada a uma informação vazada. Explicitamente no semanário, apenas 0,9 por cento dos itens enquadra-se nesse padrão. No entanto, quando os itens são analisados de acordo com as teorias do jornalismo, esse dado corresponde a 10,5 por cento.

A análise dessas diferenças será tratada mais para frente, no capítulo 4.

Investigação jornalística	33,4
Informação vazada para a imprensa	0
Denúncia da sociedade civil	1,9
Agência noticiosa	0
Fontes não-identificadas	0
Não aplicável	57
Outra	4,9
Investigação jornalística e denúncia da sociedade	1,9
Investigação jornalística e informação vazada	0,9

Quadro 8 - Proveniência dos itens do ponto de vista do jornal em percentagem

3.8 Assinatura do item

A assinatura do jornalista foi predominante nos artigos publicados pelo *Expresso* nos oito meses de análise: 48,6 por cento da

produção jornalística estava assinada por um ou dois jornalistas, demonstra o quadro 9. No entanto, o número de textos não assinados também é considerável, já que corresponde a 28,6 por cento. Não houve registo de itens assinados por fontes do caso ou figuras judiciais e policiais.

Quando mais de um item do mesmo jornalista estava presente numa mesma página, apenas um dos textos era assinado – geralmente o maior. O restante (12,5 por cento do total) continha apenas as iniciais do autor. O director do jornal, José António Saraiva, posicionou-se em 3,8 por cento do total de textos publicados. Os itens que constavam a assinatura do director eram opinativos e editoriais.

Embora figuras políticas ocupem uma posição de destaque no caso de pedofilia da Casa Pia – com suspeitas de envolvimento de partidários do PS e do embaixador Jorge Ritto –, artigos assinados por políticos correspondem a apenas 2,8 por cento. Especialistas em questões da infância ou professores de Direito também assinaram itens, embora tenham sido apenas em dois casos, o que corresponde a 1,9 por cento do total. Colaboradores e a assinatura conjunta de uma agência noticiosa e um jornalista foram registados somente em um caso cada (0,9 por cento).

Vale destacar que na maioria dos itens assinados por jornalistas, o nome de Felícia Cabrita, a repórter que lançou a primeira reportagem, é o mais comum, aparecendo repetidamente semana após semana, sempre com reportagens longas e bastante narrativas.

3.9 Tema principal

O tema central da cobertura acerca da pedofilia na Casa Pia de Lisboa foi o andamento judicial do caso – depoimentos de suspeitos, posicionamento da Justiça e novos argüidos -, que foi predominante em 31,1 por cento do total de itens publicados, segundo sustenta o quadro 10. Exemplos do andamento judicial do processo podem ser vistos nos anexos 13, 15 e 18.

Jornalista	48,6
Director do jornal	3,8
Figura política	2,8
Fontes do caso	0
Figura judicial ou policial	0
Especialista	1,9
Agência noticiosa com jornalista	0,9
Apenas iniciais	12,5
Colaborador	0,9
Não assinado	28,6

Quadro 9 - Assinatura do item em percentagem

As novas acusações feitas no período também tiveram posição de destaque: ocuparam 15,5 por cento do assunto principal dos artigos, facto exemplificado pelos anexos 17, 21, 24 e 26.

Os depoimentos de vítimas (anexo 2), geralmente identificadas apenas pelas iniciais por se tratarem de menores, e o de suspeitos (anexos 39 e 48) foram os temas principal em 7 e 7,2 por cento, respectivamente.

Novos suspeitos (anexo 18), posicionamento do jornal (anexo 5) e panorama geral do caso alcançaram o protagonismo em 5,8 por cento do total cada um. Em 3,8 por cento dos itens encontrados, o tema central era a repercussão política que o assunto gerou (anexo 38), uma oportunidade de criticar a Justiça (anexo 34) e a legislação actual que pune os crimes de pedofilia.

Os depoimentos de responsáveis, funcionários e ex-funcionários da Casa Pia, bem como os de testemunhas e o mediatismo gerado ao redor do caso tiveram menos relevância para o jornal, já que são o tema principal em apenas 1,9 por cento dos itens cada um. Foi dada ainda menos atenção à posição do governo, ao histórico do caso ou aos familiares das vítimas, que estiveram no centro do item em 0,9 por cento cada um.

Vítimas	7
Governo	0,9
Responsáveis pela Casa Pia	1,9
Funcionários e ex-funcionários da Casa Pia	1,9
Testemunhas	1,9
Familiares das vítimas	0,9
Depoimento de suspeitos	7,2
Prisões	0
Libertações	0
Acusações	15,5
Novos suspeitos	5,8
Andamento judicial	31,1
Crítica à justiça	3,8
Posicionamento do jornal	5,8
Repercussão política	3,8
Panorama geral	5,8
Histórico do caso	0,9
Mediatismo do caso	1,9
Legislação acerca de pedofilia	3,9

Quadro 10 - Tema principal do item em percentagem

Vítimas	8,4
Governo	1,3
Responsáveis pela Casa Pia	0
Funcionários e ex-funcionários da Casa Pia	1,9
Testemunhas	1,9
Familiares das vítimas	0,6
Depoimento de suspeitos	3,9
Prisões	7,1
Libertações	0
Acusações	14,3
Novos suspeitos	5,2
Andamento judicial	27,3
Drama das vítimas	2,6
Papel dos media	3,9
Crítica à justiça	1,9
Casos antigos de pedofilia	1,3
Repercussão na sociedade	1,3
Panorama geral	10,6
Histórico do caso	2,6
Espectacularização do caso	2,6
Legislação acerca de pedofilia	1,3

Quadro 11 - Temas secundários em percentagem

3.10 Temas secundários

Conforme explicitado no quadro 11, o andamento judicial também foi o principal tema secundário abordado em 27,3 por cento dos itens, seguido de acusações (14,3 por cento) e do panorama geral (10,6 por cento). Os familiares das vítimas foram, mais uma vez, menos priorizados e figuraram como actores coadjuvantes em apenas 0,6 por cento dos itens. Outros actores de menos destaque são o governo (1,3 por cento), os funcionários e ex-funcionários da Casa Pia (1,9 por cento), as testemunhas (1,9 por cento), a legislação acerca da pedofilia (1,3 por cento), a repercussão social (1,3 por cento), os casos antigos de pedofilia (1,3 por cento) e as críticas ao sistema judiciário português (1,9 por cento).

3.11 Conclusões

A análise minuciosa dos 105 itens jornalísticos encontrados no semanário Expresso entre 23 de Novembro de 2002 e 28 de Junho de 2003 desvendam o perfil da cobertura da Casa Pia.

O dia 31 de Maio de 2003 foi o que registou um maior número de artigos publicados devido a uma semana agitada de novas acusações e de novos suspeitos. Dias antes daquela edição ser publicada, o caso de pedofilia ganhou uma forte repercussão devido à prisão do embaixador Jorge Ritto, à suspeita de envolvimento de Paulo Pedroso, porta-voz do Partido Socialista, e a notificação que o apresentador Herman José recebeu para depor em tribunal. Numa única edição do jornal, foram encontrados 16 itens relacionados com a Casa Pia, o maior número registado nos oito meses de análise.

Nota-se que a maioria dos textos publicados está orientada para o acontecimento, ou seja, o jornal em si não tomou a iniciativa de investigar o caso, mas foi incentivado a fazê-lo devido a eventos que não poderiam passar despercebidos. Segundo as definições da socióloga norte-americana Gaye Tuchman (1978:46), os jornalistas seguem “classificações surgidas da acção prática

propositada” para controlar o trabalho. A cobertura do caso da pedofilia está associada a uma crise de valores morais da sociedade contemporânea que foi desencadeada por um acontecimento: uma denúncia da mãe de um rapaz menor vítima de pedofilia na Casa Pia. A partir disso, seguiram-se novos eventos, especialmente judiciais, que determinaram os passos da cobertura. O tratamento dado aos artigos tornou possível sempre associar a Casa Pia de Lisboa com a pedofilia, como se um já não pudesse ser desassociado do outro.

Apesar de ocuparem constantemente manchetes e chamadas na primeira página, os itens encontrados estavam majoritariamente localizados no interior do jornal, na secção País e eram textos curtos, escritos entre cinco e dez parágrafos.

No que diz respeito à iconografia, foram encontrados 77 elementos ilustrativos dos itens, dos quais 52,3 por cento equivalem a fotografias. Conforme destacado, não houve grande variação em termos de imagens: as mesmas fotos e ilustrações eram rotineiramente usadas em diferentes tipos de artigos.

Quanto ao género jornalístico, 44 por cento dos itens eram reportagens, o que indica o valor atribuído pelo jornal ao caso ao fazer um artigo estruturado em depoimentos de mais de uma fonte. As notícias também ocorreram com uma frequência considerável, sendo o género de 27 por cento dos artigos.

Conforme foi demonstrado nos pontos 3.6. e 3.7., houve uma divergência entre os itens considerados jornalisticamente investigativos (9,4 por cento) e os assim denominados pelo semanário (33,4 por cento). Para esta categoria, foram levadas em consideração as denominações do jornalismo investigativo contidas na literatura especializada do tema. A explicação para tal diferença, que é o ponto central deste trabalho de investigação, será abordada mais abaixo.

No geral, os artigos vinham assinados com o nome dos jornalistas ou com as iniciais deles (48,6 e 12,5 por cento, respectivamente), embora a não assinatura fosse uma característica comum a 28,6 por cento dos itens.

O tema principal dos 105 itens foi o andamento judicial do caso (31,1 por cento). O mesmo aconteceu com o tema secundário, no qual o desenvolvimento do caso na Justiça também esteve em destaque, com 27,3 por cento dos casos.

Pode-se dizer, portanto, que a cobertura da Casa Pia foi mais fortemente marcada pela orientação para os tribunais, na qual nota-se fortemente a presença dos valores-notícias da figura pública e do escândalo - quer dos depoimentos de vítimas, suspeitos e familiares quer do posicionamento da justiça.

O capítulo que segue aborda o porquê da notável diferença entre os pontos 3.6. e 3.7.

4 O falso jornalismo investigativo

A busca da verdade é algo próprio do jornalismo de investigação, que é um jornalismo de aprofundamento, que não chega aos extremos do jornalismo de precisão, mas que é muito mais do que o jornalismo de transcrição, baseado em entrevistas colectivas e conferências de imprensa. O objectivo final da investigação jornalística, segundo Juan Macia Mercadé (1997:95), é o de informar ao público as irregularidades públicas ou privadas, políticas, económicas e sociais; denunciá-las para que o leitor tenha uma dimensão justa da profundidade dos problemas e esteja perfeitamente preparado para o momento que tenha de tomar decisões do alcance público.

É inquestionável o valor que o semanário *Expresso* teve no desencadeamento do processo Casa Pia, cumprindo o papel padrão de intermediário entre os *media* e o espaço público. No entanto, diferentemente do que é comumente sugerido, os artigos publicados pelo jornal não são por mérito do jornalismo investigativo, já que não são totalmente fruto de uma iniciativa particular da publicação em estudar casos de pedofilia em Portugal. Surgiu com base numa denúncia social e seguiu-se com a ajuda de fontes privilegiadas no Ministério Público e na Polícia Judiciária.

4.1 Teoria versus prática

Teoricamente, todos os casos de jornalismo investigativo que ganharam destaque deram-se por conta de um esforço individual ou colectivo em investigar uma hipótese de que algo poderia estar errado socialmente.

De acordo com o livro *The Investigative Reporter's Handbook* (Houston, Bruzzese e Weinberg, 2002), considerado a bíblia do jornalismo investigativo, assim como nem todo o jornalista pode ser considerado investigativo, nem todo jornalismo deve ser visto como de investigação. Os autores explicitam o processo de investigação jornalística como uma questão de sorte e de talento natural para esse tipo de reportagem. Sublinham que um ponto de partida para uma grande investigação jornalística pode ser uma informação de uma fonte antiga ou de um anónimo que decidiu denunciar uma infracção que presenciou. Os jornalistas norte-americanos alertam, no entanto, que uma simples denúncia não pode ser a base de uma reportagem e rejeitam a hipótese de uma informação oficial vazada para um jornalista ser o marco de uma reportagem de cunho investigativo.

No caso do semanário *Expresso*, as informações que deram origem a reportagens investigativas são claramente vazadas para jornalistas que tinham contacto com fontes privilegiadas e fiáveis dentro da Polícia Judiciária, da Casa Pia de Lisboa e no Ministério da Justiça.

A primeira reportagem sobre o caso (anexo 2) não tem em sua base nenhuma característica do jornalismo investigativo. Na manchete na primeira página (anexo 1), o semanário chega mesmo a dizer: “O presumível caso de pedofilia só agora veio à luz devido a uma queixa apresentada à PJ, em 23 de Setembro, pela mãe de uma das alegadas vítimas do funcionário”. Nota-se, claramente, que o jornal teve acesso à informação da polícia através de uma fonte privilegiada.

Na primeira página do dia 30 de Novembro de 2002 (anexo 3), o *Expresso* traz como uma das suas manchetes o item intitulado

“Tragédia”, tendo como subtítulo “Filmes comprovam que Casa Pia fazia parte do polvo da pedofilia”. A publicação afirma que o seu texto é decorrente de “investigação do EXPRESSO e da SIC”, mas não há referências ao longo da reportagem que confirmem essa posição. Trata-se de uma denúncia feita pela sociedade civil, a que o jornal e o canal televisivo SIC – que fazem parte do mesmo grupo de comunicação – tiveram acesso, como explicitamente é dito: “Uma das crianças que faziam parte do grupo, D., hoje com 37 anos, cede ao EXPRESSO e à SIC um dos filmes e um lote de fotografias pornográficas.”

Esses dois exemplos ilustram de maneira exemplar que aquilo denominado investigativo pela publicação não corresponde a esse critério. A série de reportagens publicadas pelo jornal atribuiu-lhe mais prestígio e o reconhecimento de ser uma publicação séria, de referência e qualidade.

4.2 O posicionamento do *Expresso*

Como se nota no anexo 5, o semanário constantemente tenta manter a sua posição ética e séria frente aos factos que divulga. Após a primeira reportagem no *Expresso* (em Novembro de 2002) o que se viu foi um *boom* de notícias, reportagens, análises, artigos opinativos e editoriais sobre Casa Pia e pedofilia em todos os *media* portugueses. Na semana a seguir a primeira reportagem, o jornal destacou a nota editorial “A tragédia como espectáculo” (anexo 5) em chamada na primeira página, na qual manifestava o rumo que a publicação daria ao processo:

“O EXPRESSO, sem se arvorar em farol da ética, sente que tem neste campo, pelo seu percurso e pelo seu papel na sociedade portuguesa, responsabilidades particulares. Por isso, procuraremos tratar este caso com o maior rigor e em circunstância alguma envolveremos nele nomes de pessoas com base em suspeições. As listas de implicados na rede pedófila

não constarão nas páginas do EXPRESSO. Sabemos que a mais leve referência de um nome num problema como este representa para o visado um ónus tremendo, com conseqüências sociais devastadoras.”

Perante a forte pressão dos jornais diários e dos canais televisivos – que se adiantaram em revelar nomes de suspeitos e arguidos – o semanário viu-se na obrigação de seguir o que se tornou norma, mas manteve um distanciamento de especulações e suspeições.

Outra nota editorial, também com chamada na primeira página, ressalta mais uma vez o posicionamento da publicação (anexo 45) e o cunho investigativo da sua linha editorial.

A cobertura do chamado “escândalo” da Casa Pia fortaleceu ainda mais o posicionamento de seriedade, objectividade e verdade do semanário no espaço público. A série de reportagens lançadas pelo *Expresso* teve imponentes repercussões sociais e judiciais. Abriu a porta para o aparecimento de dezenas de denúncias de pedofilia, que enchem actualmente as páginas dos jornais diários, quebrando os tabus que assombravam o assunto. A nível judicial, a publicação cooperou, de certa forma, para que o caso não fosse negligenciado pelas autoridades acompanhando muito proximamente todas as medidas adoptadas.

Tendo sido ou não jornalismo investigativo, o facto do jornal ter assumido pioneiramente o caso trouxe-lhe benefícios palpáveis e fez com que a publicação fosse vista como uma das únicas a praticar o jornalismo de investigação em Portugal.

4.3 Questões éticas

Dentro do âmbito das possíveis dificuldades legais em que um repórter investigativo pode ter de enfrentar, existem três variantes delituosas especialmente relevantes devido à sua frequência: a violação do segredo sumarial, entorpecimento da acção da justiça ou das autoridades policiais na persecução dos actos supostamente penais, e, finalmente, o cometimento de faltas ou delitos

contra a fama e a honra das pessoas particulares - delitos de difamação no sentido amplo que é atribuído internacionalmente este conceito legal (Albertos, 1997: 60).

O segredo profissional do jornalista é uma fonte inesgotável de conflitos com as autoridades judiciais e também com os funcionários da polícia, especialmente quando o desenvolvimento do caso faça com que o jornalista assuma o papel de um detective particular. A colisão derivada da aplicação prática deste segredo peculiar - entendido como silêncio privilegiado acerca das fontes informativas - afecta a todos os jornalistas activos, mas os casos são estatisticamente muito mais frequentes quando se faz reportagens de investigação.

De acordo ainda com o espanhol José Luis M. Albertos (1997: 60), o jornalista investigativo deve ter conhecimentos aprofundados no campo do direito penal aplicável ao país ou província onde está a trabalhar. Mas, ao mesmo tempo, é necessário que o jornalista esteja dotado de uma certa humildade intelectual, que o leve a admitir, como norma habitual do seu trabalho, a necessidade de submeter as suas descobertas à supervisão e à assistência técnica de assessores jurídicos do jornal ou canal para onde trabalha.

Com base nestes fundamentos teóricos, pode-se afirmar que não foram notadas infracções éticas e deontológicas na cobertura da Casa Pia conduzida pelo Expresso. As fontes não foram entrevistadas sem terem conhecimento, não houve truques para conseguir informações e as crianças vítimas de pedofilia tiveram a sua identidade ocultada. Para além disso, as provas que sustentam as reportagens publicados estavam realmente sob o poder do jornal, já que por diversas vezes é dito que "as provas a que o EXPRESSO teve acesso" ou "segundo materiais entregues ao EXPRESSO".

Expressamente, como já foi referido anteriormente, o semanário fez questão de firmar a sua posição ética perante os factos. Numa nota editorial de 31 de Maio de 2003 (anexo 45), a publicação escreve:

“Mantemos, entretanto, a posição que assumimos quando divulgamos o escândalo da pedofilia: não contém connosco para lançar nomes na fogueira da opinião pública.

Ao longo destes meses fomos tomando conhecimento de nomes que constam do processo – e nunca os divulgamos nem divulgaremos.

Só referimos pessoas que já foram constituídas argüidas ou estão na iminência de o ser – ou, então, daquelas que espontaneamente decidiram suscitar o assunto, como aconteceu com Ferro Rodrigues.”

Essa tomada de decisão de manter o público leitor informado acerca do funcionamento interno do jornal é uma marca das publicações de referência, que adoptam como razão da sua existência o receptor da mensagem. Eticamente, o semanário assumiu uma posição exemplar com o caso, muito diferentemente dos outros *media* portugueses, que se deixaram pautar pelo sensacionalismo e a espectacularização do caso.

5 Considerações finais

O objectivo deste trabalho foi responder algumas questões iniciais que foram levantadas no capítulo 2. Através da análise de dados e do discurso do semanário Expresso e o caso português de pedofilia, algumas conclusões podem ser aqui enumeradas:

a) O jornal claramente obteve os dados publicados através do acesso privilegiado a fontes fiáveis, tanto dentro de instituições judiciais e policiais quanto dentro da própria Casa Pia.

b) A iniciativa de investigar casos de pedofilia em Portugal não partiu da equipa editorial do jornal. Foi incentivada por denúncias da sociedade civil e informações vazadas da polícia para jornalistas.

c) A Casa Pia virou notícia por ter sido cenário de um dos maiores escândalos de pedofilia do país – se não o maior. Motiva-

dos pelos valores-notícia do “escândalo” e das “figuras públicas” envolvidas no processo, os jornalistas portugueses atentaram-se para a situação para relatar o drama de dezenas de vítimas e fazer o papel de “cão de guarda” das instituições públicas.

d) O jornal adoptou a posição de divulgar informações que apenas estivessem abrangidos pelos códigos de ética e de deontologia da profissão. E somente o fez com base em documentos que comprovassem as suas reportagens.

e) O andamento judicial do caso foi o responsável pelo “fôlego” da cobertura, que foi tomando dimensões mais sérias de acordo com as decisões da Justiça.

f) O caso de pedofilia também serviu para figuras públicas fossem à público criticar o funcionamento do sistema legislativo e judicial de Portugal. Foram encontrados artigos de opinião e editoriais que indicaram a preocupação dos seus autores em revelar aspectos do mau funcionamento desse poder.

g) Poucos conceitos ligados ao jornalismo de investigação estiveram presentes na cobertura do Expresso, embora o semanário constantemente afirmasse que estava a usar de dispositivos investigativos para realizar as suas reportagens. Conforme foi demonstrado no capítulo 4, o jornalismo investigativo não teve papel primordial no caso.

De forma ampla, as informações publicadas tinham características bastante próximas das relatadas por Schudson (2000:195), que observa como se constroem histórias informativas com recursos narrativos e estilo de telenovela, orientadas em torno de personagens tipificadas. Desta cobertura está frequentemente vincado um estilo moralizador cujos resultados não contribuem para uma consciência pública da ordem social, mas provêm e reforçam o pessimismo cultural. Trata-se de um jornalismo de denúncia com contornos melodramáticos, transportador de um sentido de fatalidade e de nivelamento de problemáticas por processos identificativos simplistas de vilões e de vítimas.

6 Bibliografia

- Anders et al. (1998). Content Analysis. In *Mass Communication Research Methods*. London: Palgrave.
- De Burgh, H. E. (2000). *Investigative journalism: context and practice*. London: Routledge.
- Edelman, M. (1998). *The Politics of Misinformation*. New York: Cambridge University Press.
- Halloran, J. D. (1998). Mass Communication Research: Asking the Right Questions. In *Mass Communication Research Methods*. London: Palgrave.
- Houston, B., Bruzzese L., e Weinberg S. (2002). *The Investigative Reporter's Handbook*. Boston: Bedford St. Martin's.
- Hunter, M. (2000). Conflito ético e jornalismo de investigação. O Le Monde e o caso do sangue contaminado. In *Revista de Comunicação e Linguagens 2000*, org. Nelson Traquina. Lisboa: Relógio D'Água.
- Keane, J. (2002). *A democracia e os media*. Lisboa: Temas e Debates.
- Kessler, R. (1994) *Inside the CIA*. New York: Pocket Books Reis Edition.
- Meditsch, E. (1992). *O Conhecimento do Jornalismo*. Florianópolis: Editora PAUFSC.
- Molotch, H. e Lester, M. (1974/1993). As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Org. Nelson Traquina, Lisboa: Vega.

- Mouillaud, M. e Tétu, J. F. (1989). *Le journal quotidien*, Lyon: Presses Universitaires de Lyon.
- Mouriquand, J. (2002). *Jornalismo de Investigação*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- Olson, K. W. (2003). *Watergate: the presidential scandal that shook America*. Kansas: University Press of Kansas.
- Patterson, T. E. (2000). Serão os *media* noticiosos actores políticos eficazes? *Revista de Comunicação e Linguagens Jornalismo 2000*, 27, 75-96.
- Pereira, A. e Poupá, C. (2003). *Como escrever uma tese, monografia ou livro científico usando o Word*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Ponte, M.C.M. (2002). *Quando as crianças são notícia. Contributo para o estudo da noticiabilidade na imprensa de informação geral (1970-2000)*. Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- Quesada, M. (1996). Los tópicos del periodismo de investigación. Paper presented at the Estudios de Periodística IV, Pontevedra.
- Schudson, M. (1995). *The power of the news*. Massachusetts: Harvard University Press.
- Schudson, M. (2000). The Sociology of News Production Revisited (Again). In *Mass Media and Society*. Org. Curran e Gurevitch. London: Tarnold.
- Tuchman, G. (1978). *Making news: a study in the construction of reality*. New York: The Free Press.
- Waisbord, S. (2000). *Watchdog journalism in South America*. New York: Columbia Press University.
- Wolf, M. (1994). *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

Wolfe, T. (1994). *El Nuevo Periodismo*. Barcelona: Editorial Anagrama.